



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO MESTRADO EM SAÚDE, AMBIENTE E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA**

**Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Panorama do abastecimento
de gêneros alimentícios da agricultura familiar em municípios do Nordeste
Paraense.**

ISAMERILIAM ROSAULEM PEREIRA DA SILVA

**Belém, PA
2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
**PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO MESTRADO EM SAÚDE, AMBIENTE E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA**

ISAMERILIAM ROSAULEM PEREIRA DA SILVA

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Panorama do abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar em municípios do Nordeste Paraense.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre no curso de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.Dr^o Marcieni Ataíde Andrade

Coorientadora: Dra. Rosa Maria Dias

**Belém, PA
2017**

ISAMERILIAM ROSAULEM PEREIRA DA SILVA

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Panorama do abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar em municípios do Nordeste Paraense.

Dissertação apresentada para obtenção de título de Mestre do curso de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Pará.

Belém, 05 de setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Marcieni Ataíde Andrade
(ICS/UFPA – Orientadora)

Profª. Dra. Rosa Maria Dias
(ICS/UFPA – Coorientadora)

Prof. Dr. Marcos Valério Santos da Silva
(ICS/UFPA – Membro)

Prof. Dr. Antônio José de Oliveira Castro
(ICS/UFPA – Membro)

**Dedico este estudo a minha mãe,
Rosangela Pereira da Silva, a qual
acompanhou cada etapa dessa longa
trajetória.**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos primeiramente a Deus, por guiar meus caminhos nessa trajetória de muito trabalho e dedicação.

Aos meus pais Israel Antônio da Silva e Rosangela Pereira da Silva, por sempre acreditarem em meu potencial e incentivarem cada luta e escolha feita em minha vida.

Com infinito amor e gratidão à minha avó Iolanda Pereira, a qual ao lado de Deus guia meus caminhos.

A toda minha família, em especial minha irmã Isamellib Pereira e sobrinho Lucas Guilherme pelo apoio e paciência durante cada etapa.

Meu carinho grandioso por pessoas especiais e amigas que estiveram ao meu lado nessa caminhada acreditando e incentivando a realização desse sonho.

Aos meus colegas de turma do PPGSAS que juntos construímos ideias, opiniões, que acrescentaram em minha vivência, além de grandes amizades.

A família do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar, pela oportunidade e crescimento profissional, além de me permitir construir amizades que levarei para vida toda, meu infinito agradecimento.

A todas as minhas professoras que transmitiram seus conhecimentos e experiências com muita dedicação e profissionalismo.

À minha orientadora Prof. Dra. Marcieni Ataíde Andrade e coorientadora Prof. Dra. Rosa Maria Dias pelo aprendizado, paciência e compromisso em minha orientação.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

(Albert Einstein)

RESUMO

Com a criação da Lei nº 11.947/09, tornou-se obrigatório à aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em no mínimo 30% do recurso total repassado para a alimentação escolar. Com isso, o presente estudo buscou relatar na perspectiva dos agricultores familiares, em dois municípios localizados na região Nordeste do Estado do Pará, as dificuldades e oportunidades no processo de abastecimento para PNAE. Foram realizadas entrevistas e aplicação de instrumentos, com os agricultores familiares que já acessavam o PNAE. Para obtenção de dados sobre a compra para PNAE, foi analisado o processo de chamada pública fornecidos pelas Entidades Executoras (EEx) dos municípios estudados. De acordo com os resultados, observou-se que em um deles o processo de aquisição da agricultura familiar, ainda ocorria em divergência com a lei. Além disso, constatou-se que as dificuldades estavam relacionadas principalmente às questões de logística de abastecimento e articulação entre os atores envolvidos na execução do programa. Ademais, as oportunidades destacam-se principalmente no que se trata ao fortalecimento da agricultura familiar e a garantia de alimentação saudável nas escolas. Com isso, há necessidade de maior visibilidade neste cenário para que a política seja executada visando atingir seus objetivos.

Palavras chaves: Políticas públicas, Alimentação escolar, Agricultura familiar.

ABSTRACT

With the creation of Law No. 11,947 / 09, it became compulsory to purchase products from family agriculture for the National School Feeding Program (PNAE), in at least 30% of the total resource passed on for school feeding. Thus, the present study sought to report from the perspective of family farmers, in two municipalities located in the Northeast region of the State of Pará, the difficulties and opportunities in the supply process for PNAE. Interviews and application of instruments were carried out with family farmers who were already accessing the PNAE. To obtain data on the purchase of PNAE, we analyzed the public call process provided by the Executing Entities (EEx) of the municipalities studied. According to the results, it was observed that in one of them the process of acquiring family farming still occurred in disagreement with the law. In addition, it was found that the difficulties were mainly related to the supply logistics issues and articulation among the actors involved in the execution of the program. In addition, the opportunities stand out mainly in what concerns the strengthening of family farming and the guarantee of healthy eating in schools. With this, there is a need for greater visibility in this scenario so that the policy is executed in order to achieve its objectives.

Keywords: Public policies, School feeding, Family farming.

LISTAS DE ABREVIATURAS

AF	Agricultura Familiar
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
EEx	Entidade Executora
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GAPB	Guia Alimentar da População Brasileira
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
ITA	Instituto de Tecnologia Alimentar
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
RT	Responsável Técnico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	12
2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).....	16
2.3 CENÁRIO E IMPACTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE	18
3 OBJETIVOS	21
3.1 OBJETIVO GERAL.....	21
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
4 METODOLOGIA	22
4.1 TIPO DE ESTUDO.....	22
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO DA PESQUISA	22
4.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS	24
4.4 POPULAÇÃO DE ESTUDO	26
4.4.1 Critérios de inclusão	26
4.4.2 Critérios de exclusão	26
4.5 ASPECTOS ÉTICOS	26
5 RESULTADOS.....	27
5.1 ARTIGO CIENTÍFICO.....	27
6 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICES.....	51
ANEXOS	53

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre as políticas públicas existentes no Brasil, é considerado o maior e mais antigo. É um programa coordenado pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual realiza o repasse de verbas advindas do governo federal para a alimentação escolar, baseados pelo o censo de alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, inclusive as escolas localizadas em áreas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009).

Inicialmente, o PNAE era voltado a um modo de gestão centralizada, com a tentativa de reduzir os déficits nutricionais em crianças carentes do Brasil. Com o passar dos anos, foi adquirindo maior visibilidade em âmbito nacional. Já na década de 1990, novas regulamentações estabelecidas pela constituição de 1988 vieram a prevalecer, entre elas a política de descentralização financeira, a qual passou a responsabilidade de execução do programa aos municípios (PEIXINHO, 2013).

Com o processo de descentralização, o programa sofreu diversos realces, principalmente ao que se trata ao incentivo à compra da agricultura familiar (BRASIL, 2009). Dentro desse contexto o PNAE é um importante instrumento nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, tendo em vista que o mesmo não é limitado apenas ao fornecimento da alimentação escolar aos estudantes, mas sim na sua abrangência intersetorial de desenvolvimento e fortalecimento regional (TURPIN, 2008; BELIK; CHAIM, 2009).

Impulsionados as diretrizes da Lei nº 11.947, aprovada em 2009, o PNAE passou a ter grande importância institucional, no que se trata à compra de alimentos da agricultura familiar (VALENTE, BEGHIN, 2006; MALUF, 2011). Entretanto, no ano de 2010, foi identificado que dos municípios brasileiros, somente 47% compravam gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, com percentual de aquisição médio de 23%, o que ainda está abaixo do exigido pela legislação vigente (30%) (BRASIL, 2009; SARAIVA EB, et al 2013).

Um estudo realizado por Guilhoto et al (2010), diz que a agricultura familiar na Região Norte possui influência direta no Produto Interno Bruto (PIB). Embora tal importância seja expressiva para a autonomia e crescimento local e a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE seja obrigatória, alguns municípios ainda enfrentam dificuldades no acesso a essa política, demonstrando diversos gargalos no

processo de abastecimento da alimentação escolar, envolvendo todos os atores responsáveis pela execução do PNAE (REAL, SCHNEIDER, 2011).

Diante do cenário supracitado, o presente estudo pretende avaliar o panorama no processo de abastecimento dos gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito do PNAE destinados a alimentação escolar em municípios do Nordeste paraense.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Durante a década de 30, houve o início das discussões para o enfrentamento das questões referentes à fome e desnutrição no Brasil. Em 1938, após inúmeros estudos de médicos que relacionavam o poder aquisitivo com a situação alimentar da população, foi instituído o Salário Mínimo (Decreto-Lei Nº185 de 14 de janeiro de 1936). O salário deveria suprir, entre outros itens, uma alimentação essencial mínima, teoricamente capaz de prover as necessidades nutricionais do trabalhador (L'ABBATE, 1988).

Embora a problemática do salário mínimo tenha se mostrado fundamental para a política salarial brasileira, o enfoque da ciência para a solução dos problemas nutricionais se concentraram em duas vertentes: i) Abastecimento (racionalização da oferta de alimentos); ii) Educação (educar o povo para aprender a comer corretamente). Entretanto, as políticas de estado direcionadas à alimentação mostraram-se, ao longo do tempo, voltadas para uma terceira vertente: a distribuição de alimentos (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

Diante do exposto, as políticas públicas brasileiras tiveram início no governo de Getúlio Vargas, mais especificamente em 1940, com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência (SAPS) que beneficiava trabalhadores a partir da oferta de refeições em restaurantes situados nas proximidades aos locais de trabalho. O SAPS marca o início de uma “política de alimentação e nutrição” executada pelo Estado e era entendida como a promoção de padrões adequados de alimentação para a população (BARROS; TARTAGLIA, 2003; TADDEI; LANG; LONGO-SILVA, 2011).

Destaca-se que os ideais humanísticos apontavam as crianças como as principais vítimas da escassez de alimentos, entretanto, a pressão política exercida por uma sociedade que iniciava o processo de urbanização e industrialização acabava por contemplar os trabalhadores urbanos em detrimento aos mais necessitados (TADDEI, LANG, LONGO-SILVA, 2011).

No período entre a criação do SAPS e o início da década de 70, várias outras instituições foram criadas com objetivos semelhantes ao SAPS, salvo algumas peculiaridades. Essas instituições eram: o Instituto de Tecnologia Alimentar - ITA (1944), criado com o objetivo de produzir conhecimentos técnico-científicos para dar suporte à indústria nacional de alimentos; Serviço Técnico de Alimentação Nacional – STAN (1945), dirigido por Josué de Castro, objetivava fornecer orientação técnica à produção agrícola e à indústria de alimentos; Comissão Nacional de Alimentação – CNA (1945) tinha a função de realizar estudos sobre a alimentação da população, promover educação nutricional e fornecer apoio técnico a indústria de alimentos desidratados; Instituto Nacional de Nutrição (1946) tinha como objetivo a realização de estudos e pesquisas com difusão de conhecimentos, além da formação técnica especializada na área (L'ABBATE, 1988; BARROS; TARTAGLIA, 2003).

A partir da década de 50, as políticas de alimentação e nutrição passam a ter um novo caráter, o de distribuição de alimentos para segmentos específicos da sociedade, como o que ocorreu com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) em 1955, cujo objetivo era fornecer alimentação para os escolares. Tal campanha seria, mais à frente, a base para o atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (STORLASKI, 2005; STURION, 2005, SOBRAL, COSTA, 2008).

Em 1953, foi promulgado o Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, o qual pode ser considerado um embrião do planejamento nutricional brasileiro. Seu público alvo era o grupo materno infantil, em segundo plano vinham os escolares e trabalhadores (VASCONCELOS, 2005).

Durante a década de 60, os programas eram caracterizados pela dependência de doações de alimentos de outros países, com essa característica surgiram alguns problemas: os produtores nacionais ficaram desestimulados a produzir visando o mercado interno; a aceitabilidade dos alimentos doados era baixa, pois estes não atendiam a cultura e hábitos locais; ocorria a descontinuidade dos programas em virtude de mudanças nos acordos diplomáticos internacionais (TADDEI; LANG; LONGO-SILVA, 2011).

De acordo com a história, a crise alimentar e os grandes surtos de fome no norte da África fizeram os países atentarem para a falta de alimentos em regiões de miséria. No Brasil, vivia-se o fim do milagre econômico, o qual foi viabilizado por um modelo de capitalismo dependente, que gerou intensa desigualdade social, com opulência de

poucos e miséria de muitos. O Estudo Nacional de Despesas Familiares – ENDEF (1974/1975) explicitou a degradação das condições de vida das massas trabalhadoras que vivenciaram a fase do milagre econômico (VASCONCELOS, FILHO, 2011; TADDEI; LANG; LONGO-SILVA, 2011).

Foi nesse cenário que o governo federal criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que alterou a forma de fazer políticas de alimentação pelo governo, apesar de possuir atribuições semelhantes as das instituições que o precederam, o instituto deveria propor, promover, fiscalizar e avaliar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

O PRONAN possuía como público-alvo as gestantes, nutrizes e crianças de até sete anos pertencentes à classe de baixa renda, além dos escolares de sete a 14 anos. Ressalta-se que houve o I PRONAN (1973-1974), o qual teve sua execução prejudicada por dificuldades técnicas, e o II PRONAN (1976-1979), que foi a primeira política nacional que incluiu suplementação alimentar, além de amparo ao pequeno produtor rural, combate às carências específicas, alimentação do trabalhador e apoio à realização de pesquisas e capacitação de recursos humanos. Além do PNAE, outros dez programas e ações ligados à alimentação e nutrição integravam o II PRONAN (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

Na década de 80, estudos colocaram em discussão as concepções que relacionavam a situação de fome exclusivamente com a disponibilidade alimentar, tais pesquisas consideraram que questões referentes ao acesso e suas conexões com processos políticos, econômicos e sociais também estavam intimamente relacionados com a problemática da fome. Essa discussão facilitou o desenvolvimento de novas abordagens para as políticas públicas, que a partir desse momento passaram a incorporar diferentes contextos, como: desigualdades no acesso ao alimento; concentração da comercialização em poucas redes de venda; industrialização dos sistemas alimentares; sustentabilidade ambiental; monopólio de sementes; transgenia; questões de saúde, dentre outros (BOLAND, 2000; DILLEY, BOUDREAU, 2001; MAXWELL, SLATER, 2003; CARR, 2006, THOMPSON et al, 2007; THOMPSON; SCOONES, 2009; KICKBUSCH, 2011).

Historicamente, o final da década de 80 foi marcado pelo esvaziamento técnico e financeiro dos programas existentes, visando à estabilização econômica do país. Já o início da década de 90 foi marcado por mudanças nos programas de alimentação e

nutrição. Durante o Governo Collor os recursos anteriormente destinados à área social escassearam, comprometendo os resultados das políticas e programas (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

Nesse contexto, o Brasil adotou em lei o conceito de segurança alimentar. Destaca-se que, em 1993, o então presidente Itamar Franco assumiu o compromisso de implantar a Política Nacional de Segurança Alimentar (VASCONCELOS, 2005).

Em 1997, houve a extinção do INAN, entretanto, um ano após sua extinção o Governo Federal criou o Programa de Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais (ICCN), este programa tinha como pré-requisito a implementação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), sendo que a obrigatoriedade do envio contínuo de dados a cerca do estado nutricional dos participantes do programa foi um importante processo para se efetivar a implementação do SISVAN (TADDEI; LANG; LONGO-SILVA, 2011).

Em 1999, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou o documento com as bases da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o qual continha o diagnóstico da situação alimentar e nutricional do país, a base conceitual da política, os objetivos e diretrizes da PNAN (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

A partir de 2001, o Governo Federal passou a implantar programas de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Escola (Ministério da Educação), Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde) e Bolsa Renda (Ministério da Integração Nacional) (BARROS; TARTAGLIA, 2003)

Durante o primeiro governo do presidente Lula, houve a integração das ações de suplementação alimentar e os programas de transferência de renda (Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Auxílio-Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –PETI), constituindo o atualmente denominado Bolsa Família (TADDEI; LANG; LONGO-SILVA, 2011).

O Bolsa Família objetiva o combate a fome, pobreza e desigualdades através da transferência de recursos financeiros associado à garantia de acesso aos direitos básicos (saúde, educação, assistência social e segurança alimentar), também visa promover a segurança alimentar e inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias que recebem o benefício (TADDEI; LANG; LONGO-SILVA, 2011).

Para Tartaglia (2003), listar os programas de alimentação e nutrição que foram concebidos e implantados no Brasil é uma tarefa de difícil execução, visto a grande

quantidade de programas desenvolvidos durante o século XX e o início do século XXI, alguns, inclusive, possuíam existência efêmera (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

A Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) foi vista como o início da construção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 1954, o qual se tornou um ícone para as políticas de alimentação e nutrição no Brasil, por conta de sua amplitude e abrangência (STURION, 2005; STORLASKI, 2005; SOBRAL, COSTA, 2008).

A implantação de um programa no âmbito nacional era de fato uma necessidade, tendo em vista a redução da evasão escolar, a melhoria da aprendizagem e a redução da fome no Brasil. Esse processo ocorreu inicialmente com a distribuição de leite em pó excedente da indústria internacional, tendo como apoio primordial o Fundo Internacional de Apoio à Infância, órgão ligado à Organização das Nações Unidas (Fisi/ONU), atualmente denominado como United Nations International Children Emergency Fund – UNICEF (VASCONCELOS, 2005; STORLASKI, 2005; TURPIN, 2008).

A oferta de alimentos para alimentação escolar durante a década de 60 foi marcada pela forte presença de gêneros advindos dos Estados Unidos da América a partir do Programa “Alimentos para a Paz”, o qual era financiado pela *United States Agency for International Development* (USAID) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU. Destaca-se que eles eram os responsáveis pelo provimento de quase todos os gêneros consumidos pelos escolares brasileiros e que o programa ainda era caracterizado por possuir baixa cobertura territorial, baixa e irregular frequência de fornecimento de alimentação, além de não haver preocupação com o respeito à cultura e hábitos alimentares locais, assim como a falta de informações sobre a aceitabilidade dos alimentos ofertados (COIMBRA, MEIRA, STARLING, 1982; L’ABBATE, 1988; VASCONCELOS, 2005).

A alimentação escolar ofertada durante a década de 70 foi caracterizada pela compra de gêneros alimentícios de empresas nacionais, o que teve como consequência o crescimento dessas empresas. Apesar da compra a nível nacional, os alimentos distribuídos eram sopas e mingaus formulados, ou seja, os atualmente denominados ultraprocessados pelo Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB) (COIMBRA,

MEIRA, STARLING, 1982; L'ABBATE, 1988; VASCONCELOS, 2005; BRASIL, 2014).

Em 1976, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) passou a integrar o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN). Foi a partir de 1979 que o Programa passou a ser chamado efetivamente de Programa Nacional de Alimentação Escolar, constituindo, portanto, uma das diretrizes do II PRONAN entre os anos de 1976 e 1984 (COIMBRA, MEIRA, STARLING, 1982; L'ABBATE, 1988; VASCONCELOS, 2005).

A década de 80 foi marcada pela promulgação da Constituição Brasileira em 1988, a qual apresentou em seu inciso VII do artigo 208 que os governos federal, estaduais e municipais possuem a obrigação de suprir “o educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988).

Já na década de 1990, o PNAE passou por mudanças na gestão, período em que começaram a vigorar regulamentações estabelecidas na constituição de 1988, havendo um processo de descentralização política financeira aos estados e municípios. Um pouco depois em 1994 o recurso financeiro para execução do PNAE foi descentralizado, sendo consolidado em 1998 com transferência direta dos recursos aos estados e municípios sem a necessidade de convênios (SCHNEIDER, 2007). Isso levou a um importante avanço no contexto da oferta de uma alimentação escolar que contemple as necessidades nutricionais dos alunos, balanceada e saudável, além de passar a envolver diferentes atores sociais, como gestores, professores, nutricionistas, pais de alunos, sociedade civil, agricultores familiares e cozinheiras (SANTOS, et al 2007; MALUF, 2009; BRASIL, 2013).

A partir de 2003, com a instituição da Estratégia Fome Zero no início do Governo Lula, a qual visava enfrentar as questões relativas à fome através da integração de programas e políticas relacionadas à assistência social, à transferência de renda e às ações de natureza estruturante, o PNAE passou por importantes avanços, com destaque para a ampliação e fortalecimento do papel dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e a implantação de estratégias normativas que instituíram o nutricionista como Responsável Técnico (RT) do programa (CFN, 2010; BRASIL, 2011 apud PEIXINHO, 2013)

Após a descentralização dos recursos financeiros na década de 90, outro grande marco do PNAE aconteceu em 2009, com a aprovação da Lei Nº 11.947, que foi resultado das mudanças que o programa veio sofrendo no decorrer dos anos. Essa lei foi fruto de um processo entre o Governo Federal e a sociedade civil através do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A Lei Nº11.947/2009 destaca:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

O PNAE é considerado a política pública com maior longevidade do país na área de segurança alimentar e nutricional, sendo um dos mais abrangentes e duradouros programas de alimentação escolar à nível mundial. Atualmente, a gestão do PNAE é realizada pelo Ministério da Educação (MEC), coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento para Educação (FNDE), o qual é a fonte financiadora do programa. O PNAE é um programa que atende todos os alunos matriculados na rede pública de ensino, tendo como objetivo o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar, além de está diretamente envolvido na construção de hábitos alimentares saudáveis, valorização da cultura, envolvendo as estratégias da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no âmbito do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) vigente no país (PIPITONE et al, 2003; STURION et al, 2005; SANTOS et al, 2007; BRASIL, 2009).

Essas mudanças na forma de gestão e execução do PNAE foram de grande impacto no processo de desenvolvimento do país. Foi considerado um modelo de desenvolvimento que visa o crescimento econômico, social e ambiental. Além da grande relevância para a Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira (TRICHES, FRÖELICH E SCHNEIDER, 2011).

2.3 CENÁRIO E IMPACTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE

A agricultura familiar vem contribuindo para o desenvolvimento social e equilíbrio nacional, pois é por meio de milhões de pequenos produtores, que esse setor apresenta grande crescimento. Esse meio movimentou bilhões de reais para o país,

produzindo mais da metade dos alimentos que são consumidos pela população. Além da participação na criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011).

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) o abastecimento da alimentação do país é sucedida da Agricultura Familiar, equivalente a 7 de cada 10 empregos gerados no campo, ocupando 80% da área rural.

Em estudo realizado por Saraiva et al (2013), quase 50% dos municípios brasileiros fizeram a aquisição de alimentos da agricultura familiar para atender a demanda do PNAE, levando a um percentual médio de 22, 7%. Entretanto, no ano de 2010, foi identificado que dos municípios brasileiros, somente 47% compravam gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, com percentual de aquisição médio de 23%, o que ainda esta abaixo do exigido pela legislação vigente (30%) (SARAIVA et al, 2013; BRASIL, 2009).

A Região Norte do país representou um percentual de compra da agricultura familiar de 47,3% no mesmo ano. Entretanto, cerca de 22% dos municípios não demonstraram o mesmo, alegando como principal justificativa a inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros (SARAIVA, et al, 2013).

No Estado do Pará, dentre suas microrregiões, destaca-se a do Nordeste paraense, a qual possui grande potencial agrícola com capacidade de atender as demandas do PNAE, porém de acordo com os dados fornecidos pelo FNDE (2015), no ano de 2013 apenas 19% dos municípios dessa região atingiram o percentual mínimo de aquisição dos produtos da agricultura familiar estabelecidos por lei.

A dimensão da agricultura familiar no Estado do Pará é grande, evidenciada nos 72% dos estabelecimentos agropecuários existentes enquadráveis nos critérios do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). Entretanto, a produção familiar possui baixo nível tecnológico, demandando, o indispensável apoio governamental desde a organização dos produtores, fator fundamental para alcançarem competitividade, até o processo de comercialização, de modo a alavancar a sua inclusão no mercado de oferta (SEDAP, 2015).

O incentivo às políticas destinadas às compras para os mercados institucionais está relacionado com a promoção do desenvolvimento econômico local que é hoje ícone da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Dentre estes mercados, o PNAE é certamente um dos mais relevantes, ao representar uma demanda obrigatória de

aquisição dos produtos da agricultura familiar para o PNAE determinada na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009).

Visando a promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional dos escolares, a intersetorialidade torna-se um ponto determinante na gestão do PNAE (BRASIL, 2009). Para a plenitude e abrangência das ações do PNAE, as mesmas devem ser articuladas de modo a planejar, realizar e avaliar ações (BERNARDI et al., 2010).

Estudos voltados à avaliação do potencial do PNAE em regiões do Brasil evidenciaram que o programa possui impacto elementar no estímulo à agricultura familiar local e superação da fome, estando diretamente relacionado na contribuição para a SAN e a soberania alimentar. Em contra ponto, os autores também relatam que para que os municípios efetivem a aquisição local de alimentos, é de fundamental importância um ambiente de articulação favorável, com participação ativa de todos os atores sociais envolvidos no processo. Existem relatos em que, onde esse cenário não é realidade as experiências não foram bem sucedidas, mesmo havendo potencialidade e capacidade de utilização dos gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar local no PNAE (ALMEIDA, 2005; MELO, 2006; PECORARI, 2006; NEGREIROS, 2009; FROEHLICH, 2010).

De fato os avanços são evidentes quando se trata de PNAE. Porém, ainda existe a necessidade de consolidação de ações que promovam a aproximação entre produção e consumo, visando principalmente o aumento da oferta de alimentos adequados na alimentação escolar, que favoreçam a cultura local e suas raízes. Esse aspecto subsidiou a construção de uma pauta alimentar para o Programa estrategicamente baseada em alimentos pouco ou não processados, visando o resgate de hábitos alimentares saudáveis e para o fortalecimento do desenvolvimento local (TEO, MONTEIRO, 2012).

A alimentação escolar possui grande potencial institucional na valorização da economia local e regional, efetivação da SAN no Brasil, e capacidade de incentivar o desenvolvimento regional por meio da compra local de alimentos da agricultura familiar, fatores estes impulsionados principalmente com a criação da Lei 11.947/2009 (MALUF, 2009).

Para que o agricultor familiar participe dos mercados institucionais existem grandes dificuldades, que podem atrapalhar ou até mesmo inviabilizar sua ligação no processo de abastecimento para o PNAE, levando ainda ao não cumprimento da compra mínima de 30% exigida por lei (TRICHES, FRÖELICH E SCHNEIDER, 2011). Os

enfrentamentos vão desde os eixos burocráticos, fiscais, ambientais, organizacionais e sanitárias, os quais são estabelecidos aos agricultores para a formalização de seus empreendimentos e produtos, até mesmo às exigências da própria demanda do programa, que prevê a garantia do produto fornecido. Além disso, a necessidade do fortalecimento e da criação de estratégias de todos os membros envolvidos no PNAE para a efetivação do processo de compra da Agricultura Familiar é um ponto fundamental (SARAIVA et al, 2013).

Dentro do contexto de aquisição de produtos da agricultura familiar, os diferentes atores envolvidos nesse processo necessitam articular-se para que o fluxo da cadeia de abastecimento para o PNAE ocorra da melhor maneira. Essa articulação auxilia no mapeamento da produção, divulgação do programa e no desenvolvimento de estratégias que colaborem no processo organizacional dos agricultores, além da busca de alternativas viáveis para a concretização do processo de abastecimento. Este cenário não é realidade na grande maioria dos municípios brasileiros.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar o panorama do abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em dois municípios do Nordeste Paraense.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os documentos referentes ao processo de aquisição dos gêneros da agricultura familiar nos municípios estudados, tendo por base o estabelecido pela legislação vigente (Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015)
- Identificar a percepção dos agricultores familiares que fornecem para o PNAE, os obstáculos e oportunidades durante o processo de abastecimento para alimentação escolar;
- Identificar as possíveis diferenças do panorama de abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE nos dois municípios de estudo.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

De acordo com estudiosos na área das Ciências Sociais, ao que se trata da definição de pesquisa, denomina-se como um instrumento fundamental para a resolução de problemas coletivos (MARCONI; LAKATOS, 2002).

Visando aprofundar os conhecimentos diante ao tema em questão, o presente estudo é caracterizado como transversal, o qual foi realizado no ano de 2016, em dois municípios localizados na Mesorregião Nordeste Paraense.

É um estudo de base documental, descritivo, onde os documentos analisados serviram de base para contextualização e discussão do problema. Além disso, o mesmo tem abordagem qualitativa.

Esse tipo de abordagem é caracterizada por descrever a complexidade de determinado problema, havendo a necessidade de compreender e classificar os processos vivenciados nos grupos, para contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos, além de verificar a relação da realidade com o objetivo do estudo (DIEHL, 2004).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO DA PESQUISA

A área de abrangência para realização do estudo corresponde à Mesorregião Nordeste Paraense, a qual dispõe de 49 municípios, distribuídos em cinco Microrregiões (Bragantina, Guamá, Salgado, Cametá e Tomé Açu) e um dos maiores potenciais agrícolas no Estado do Pará (PENTEADO, 1967). Essa mesorregião torna-se de grande interesse, uma vez que há um total de 1.798.214 habitantes, dos quais 353.352 vivem na área rural com 223.542 agricultores familiares, 16.204 famílias assentadas e 26 comunidades quilombolas.

Para definição dos municípios de abrangência do estudo, foi realizado primeiramente um levantamento documental compreendendo o período de 2011 a 2013 dos 49 municípios que compõem a Região Nordeste Paraense. Esse levantamento teve como objetivo identificar a produção e diversidade de alimentos da agricultura familiar e potencial agrícola do município, adotando como base de dados do Censo Agropecuário IBGE/2006, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Além dos critérios sobre produção agrícola supracitado, foi utilizado para a seleção dos municípios o levantamento quanto ao orçamento previsto para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, no repasse de recurso realizado para este fim, bem como no percentual de atendimento aos 30% conforme o art.14 da Lei 11.947/2009, compreendendo o período de 2011 a 2013. Para esta análise houve o apoio dos dados fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento para Educação (FNDE).

Após este levantamento foram selecionados 12 municípios de maior potencial e posteriormente definidos apenas dois municípios para a realização do presente estudo.

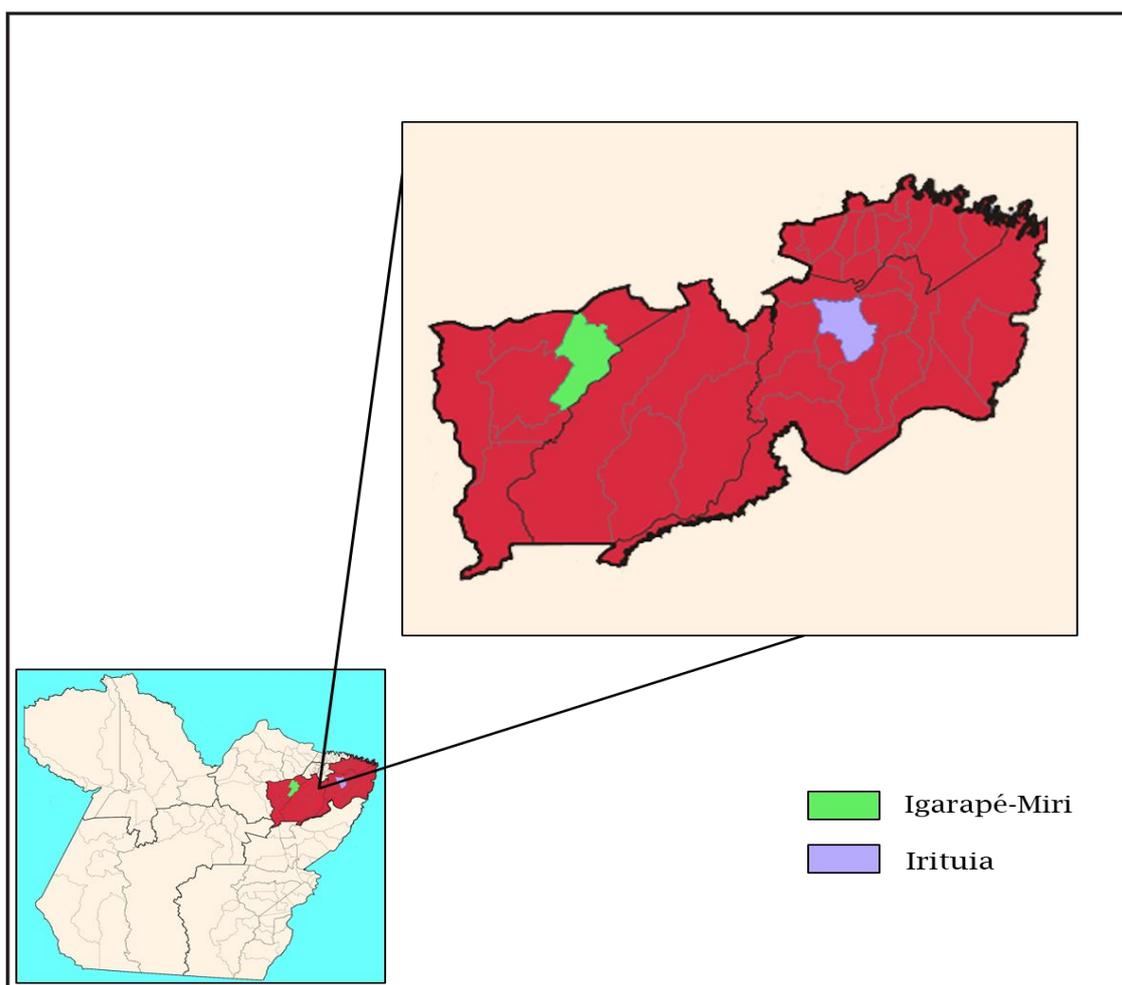
Os municípios selecionados foram Irituia e Igarapé Miri, localizados em diferentes microrregiões do nordeste paraense, sendo o município de Irituia da microrregião do Guamá e Igarapé Miri da microrregião de Cametá.

Esses municípios estão localizados em espaços geográficos diferentes o que permitirá identificar possíveis peculiaridades no processo de abastecimento do programa, incluindo desde o planejamento, a compra e logística de escoamento dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, envolvendo nesse processo diversos atores da execução do programa.

Além de possuírem uma produção e diversidade agrícola de potencial interesse para o PNAE, esses municípios entre os doze selecionados na fase inicial, foram escolhidos baseados na menor e na maior média do percentual de aquisição da agricultura familiar para alimentação escolar nos três anos de base do levantamento, Irituia - 7,17% e Igarapé Miri - 25,6%, respectivamente (Figura 1).

Após a escolha dos municípios, foi realizada uma reunião para apresentação do projeto *in loco*, mais especificamente com a Prefeitura Municipal e as Secretarias de Educação e Agricultura em cada município para que fosse assinado o Termo de Pactuação com a pesquisa.

Figura 1. Mapa de localização da região Nordeste Paraense e dos municípios de estudo.



Fonte: Google Maps adaptado Cecane/UFGPA, 2017.

4.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de visitas técnicas pré-agendadas nas Entidades Executoras (EEx) do PNAE e nas representações da agricultura familiar, no ano de 2016 em dois municípios localizados no Nordeste do Estado do Pará.

Neste período, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com os representantes de organizações da agricultura familiar que acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dos respectivos municípios em estudo. Além disso, foram solicitados à EEx, documentos do processo de Chamada Pública para a aquisição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar, referentes ao ano de 2015, para assim, se obter informações completas do mesmo.

Para a análise documental referente ao processo de Chamada Pública, foi realizada de acordo com as legislações vigentes, Resolução CD/FNDE nº4 e Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009; BRASIL, 2015). A documentação foi analisada quanto à publicidade do edital, modalidade de compra exercida e pesquisa de preço. Além disso, ainda sobre o processo documental de aquisição de alimentos, também foi possível observar a percepção dos agricultores familiares acerca dos resultados encontrados nessa etapa do estudo.

Quanto a análise das entrevistas, foram utilizados os preceitos da Análise de Conteúdo, propostos por Minayo (2010) e Bardin (2010), e um estudo realizado por Marques et al (2014), seguindo três polos cronológicos: Primeiro a *Pré-análise*, na qual foi realizada uma “leitura flutuante” das informações coletadas (análise e conhecimento do texto, retomando objetivos, pressupostos e hipóteses) tornando-se pouco a pouco mais precisa. Essa fase tem por objetivo a organização, envolvendo a constituição de um "*corpus*", o qual consiste no conjunto de documentos a serem submetidos aos procedimentos analíticos coletados quanto à: Exaustividade, considerando todos os aspectos levantados em cada pergunta; Representatividade, garantindo a participação do grupo estudado e; Homogeneidade, tendo assegurado a mesma técnica de coleta e pertinência, para que o material de cada entrevista mostre-se adequado em relação aos objetivos do estudo. Após essa etapa inicial, foram definidas as unidades de registro, ou núcleos de sentido (palavras-chave ou frase), e as unidades de contexto (parágrafo da entrevista no qual se localiza o núcleo de sentido). Outra etapa trata-se da *Exploração do material*, que tem como objetivo identificar o núcleo de compreensão do texto para realizar as operações de codificação e alcançar as categorias temáticas. Finalmente, o *Tratamento e interpretação dos resultados*, que consistiu na distribuição das categorias temáticas observadas nas falas com sua interpretação e discussão.

Com os dados obtidos por meio das entrevistas com os agricultores familiares, foi possível realizar a 'preparação do material', dos quais foram gravados e transcritos, para melhor sistematização e análise dos dados.

A separação das falas foi realizada por meio da observação e análise do material transcrito, acerca dos obstáculos e oportunidades vivenciados pelos agricultores familiares que já acessam o programa. Quanto aos obstáculos foram identificados principalmente: Falta de articulação entre os atores envolvidos e problemas com a logística. No que se refere as oportunidades, foram destacados: Garantia de renda,

presença de alimentos saudáveis e regionais na escola e fortalecimento da agricultura familiar (melhoria da qualidade da produção e permanência do agricultor familiar na sua propriedade).

4.4 POPULAÇÃO DE ESTUDO

4.4.1 Critérios de inclusão

Participaram da pesquisa, todos os agricultores familiares que já haviam fornecido ou estavam fornecendo para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE nos municípios estudados.

4.4.2 Critérios de exclusão

O agricultor familiar que nunca havia fornecido para a alimentação escolar por meio do PNAE.

4.5 ASPECTOS ÉTICOS

O presente estudo é um recorte de um projeto amplo intitulado *CECANE/UFPA: Promoção da Inclusão de Produtos Alimentares da Agricultura Familiar Local na Alimentação Escolar na Região Nordeste Paraense*’. Este estudo foi financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento pra Educação (FNDE) e foi realizado junto ao Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Pará.

O projeto foi aprovado pelo Comitê Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS-UFPA), com o parecer nº 1.921.484. Todos os participantes receberam informações prévias sobre o estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

5 RESULTADOS

5.1 ARTIGO CIENTÍFICO

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: A REALIDADE DE AGRICULTORES FAMILIARES EM DOIS MUNICÍPIOS DO NORDESTE PARAENSE

SCHOOL FOOD AND FAMILY FARMING: THE REALITY OF FAMILY FARMERS IN TWO MUNICIPALITIES OF THE NORTHEAST PARAENSE

Isameriliam Rosaulen Pereira da Silva. Especialista em Nutrição e Saúde Coletiva pelo Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará ICS/UFPA; Especialista em Alimentação Escolar pelo Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará ICS/UFPA. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE/UFPA). Endereço: Avenida Generalíssimo Deodoro, Nº 01, Umarizal, Belém CEP 66.050-160. Pará, Brasil. E-mail: rosaulen@gmail.com

Rosa Maria Dias. Doutora em Doenças Tropicais; Instituto de Ciências da Saúde – ICS; Universidade Federal do Pará. Professora Adjunto IV/UFPA. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE/UFPA). Endereço: Avenida Generalíssimo Deodoro, Nº 01, Umarizal, Belém CEP 66.050-160. Pará, Brasil E-mail: rosadiasbr@gmail.com

Claudia Daniele Tavares Dutra Cavalcanti. Doutora em Doenças Tropicais pela UFPA; Professora Adjunto. Instituto de Ciências da Saúde – ICS; Universidade Federal do Pará. Endereço: Avenida Generalíssimo Deodoro, Nº 01, Umarizal, Belém CEP 66.050-160. Pará, Brasil E-mail: cdani@gmail.com

Andréa das Graças Ferreira Frazão. Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz- RJ. Professora Adjunto ICS/UFPA. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE/UFPA). Endereço: Avenida Generalíssimo Deodoro, Nº 01, Umarizal, Belém CEP 66.050-160. Pará, Brasil E-mail: deabrelaz@gmail.com

Paula Valente Leão. Especialista em Alimentação Escolar pelo Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará ICS/UFPA. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE/UFPA). Endereço: Avenida Generalíssimo Deodoro, Nº 01, Umarizal, Belém CEP 66.050-160. Pará, Brasil E-mail: pvlnutiri@gmail.com

Marcieni Ataíde Andrade. Doutora em Ciências Farmacêuticas pela FCFRP/USP. Professora Adjunto ICS/UFPA. Faculdade de Farmácia. Endereço: Rua Augusto Corrêa, Nº 01, Guamá, Belém CEP 66.075-110. Pará, Brasil. E-mail: marcieni@ufpa.br

RESUMO

Com a criação da Lei nº 11.947/09, tornou-se obrigatório à aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em no mínimo 30% do recurso total repassado para a alimentação escolar. Com isso, o presente estudo buscou relatar na perspectiva dos agricultores familiares, em dois municípios localizados na Região Nordeste do Estado do Pará, as dificuldades e oportunidades no processo de abastecimento para PNAE. Foram realizadas entrevistas e aplicação de instrumentos, com os agricultores familiares que já acessavam o PNAE. Para obtenção de dados sobre a compra para PNAE, foi analisado o processo de chamada pública fornecidos pelas Entidades Executoras (EEx) dos municípios estudados. De acordo com os resultados, observou-se que em um deles o processo de aquisição da agricultura familiar, ainda ocorria em divergência com a lei. Além disso, constatou-se que as dificuldades estavam relacionadas principalmente às questões de logística de abastecimento e articulação entre os atores envolvidos na execução do programa. Ademais, as oportunidades destacam-se principalmente no que se trata ao fortalecimento da agricultura familiar e a garantia de alimentação saudável nas escolas. Com isso, há necessidade de maior visibilidade neste cenário para que a política seja executada visando atingir seus objetivos.

Palavras chaves: Políticas públicas, Alimentação escolar, Agricultura familiar.

ABSTRACT

With the creation of Law No. 11,947 / 09, it became compulsory to purchase products from family agriculture for the National School Feeding Program (PNAE), in at least 30% of the total resource passed on for school feeding. Thus, the present study sought to report from the perspective of family farmers, in two municipalities located in the Northeast region of the State of Pará, the difficulties and opportunities in the supply process for PNAE. Interviews and application of instruments were carried out with family farmers who were already accessing the PNAE. To obtain data on the purchase of PNAE, we analyzed the public call process provided by the Executing Entities (EEx) of the municipalities studied. According to the results, it was observed that in one of them the process of acquiring family farming still occurred in disagreement with the law. In addition, it was found that the difficulties were mainly related to the supply logistics issues and articulation among the actors involved in the execution of the

program. In addition, the opportunities stand out mainly in what concerns the strengthening of family farming and the guarantee of healthy eating in schools. With this, there is a need for greater visibility in this scenario so that the policy is executed in order to achieve its objectives.

Keywords: Public policies, School feeding, Family farming.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre as políticas públicas existentes no Brasil, é considerado o maior e mais antigo. É um programa coordenado pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual realiza o repasse de verbas via Governo Federal para a alimentação escolar, baseados pelo censo de alunos matriculados na educação básica das redes públicas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, inclusive as escolas localizadas em áreas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos (BRASIL, 2013).

O PNAE ao longo de sua trajetória de mais de sessenta anos, passou por inúmeras modificações que abrangem desde questões no âmbito operacional, diretrizes, gestão e até mesmo na articulação entre os diferentes setores envolvidos para a execução da política (TEO, MONTEIRO, 2012).

Um dos grandes avanços dentro da política se relacionou à maior visibilidade e importância institucional do mercado da Agricultura Familiar, que foi impulsionado pela criação da Lei nº 11.947/2009, a qual determina a utilização de, no mínimo, 30% do recurso total destinado à compra da alimentação escolar, para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária e as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas (VALENTE, BEGHIN, 2006; BRASIL, 2009; MALUF, 2009).

Com a criação da lei em 2009, que obriga a compra da agricultura familiar para o mercado do PNAE, foi estabelecida uma importante ferramenta nos eixos de discussão e articulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), tendo em vista que o programa não é limitado apenas ao fornecimento da alimentação escolar aos estudantes, mas sim na sua abrangência intersetorial de desenvolvimento e fortalecimento regional, além da criação e consolidação de hábitos alimentares

saudáveis que valorizem a cultura local (BELIK, CHAIM, 2009; DE CARVALHO, 2009; TURPIN, 2009).

Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), demonstram que a agricultura familiar é responsável por grande parte do processo de abastecimento de alimentos no Brasil. Contudo, no ano de 2010, foi identificado que dos municípios brasileiros, somente 47% compravam gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar para alimentação escolar, com percentual de aquisição médio de 23%, o que ainda está abaixo do exigido pela legislação vigente (30%) (SARAIVA et al, 2013).

É importante mencionar que ao mesmo tempo em que a agricultura familiar se tornou uma categoria social de direito, ainda há muitos desafios enfrentados pelos agricultores para acessar as redes de comercialização, os quais dificultam o processo de abastecimento para os mercados institucionais, como é o caso do PNAE, envolvendo também outros atores responsáveis pela execução do programa (REAL, SCHNEIDER, 2011). Nesse contexto, o grau de organização e participação desses produtores em organizações sociais, como cooperativas e associações, além do acesso a informação e necessidade de articulação (SOUZA FILHO et al., 2004), tem influenciado na capacidade de produção com maior eficiência do uso dos recursos, assim como o aumento da escala de produção e a maximização do acesso a diferentes mercados.

Diante do exposto, o presente estudo buscou analisar o processo de abastecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito do PNAE vivenciado por fornecedores da agricultura familiar em dois municípios do Nordeste Paraense.

METODOLOGIA

Como forma de análise sobre o tema em questão, foi realizado um estudo transversal com abordagem qualitativa e de análise documental, no ano de 2016, em dois municípios localizados no Nordeste do Estado do Pará. Inicialmente, foram feitos pré-agendamentos junto aos municípios participantes para a realização da visita técnica de coleta de dados. Neste período, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e, com os representantes de organizações da agricultura familiar que acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dos respectivos municípios em estudo. Além disso, foram solicitados à Entidade Executora (EEx), documentos do processo de Chamada Pública para a aquisição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura

familiar para alimentação escolar, referentes ao ano de 2015, para assim, se obter informações completas o mesmo.

A análise documental referente ao processo de Chamada Pública para o PNAE foi realizada de acordo com as legislações vigentes: Resolução CD/FNDE nº4 e Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009; BRASIL, 2015). A documentação foi analisada quanto à publicidade do edital, modalidade de compra exercida e pesquisa de preço. Além disso, ainda sobre o processo documental de aquisição de alimentos, também foi possível observar a percepção dos agricultores familiares acerca dos resultados encontrados nessa etapa do estudo. Quanto a análise das entrevistas, foram utilizados os preceitos da Análise de Conteúdo, propostos por Minayo (2010) e Bardin (2010), e um estudo realizado por Marques et. al (2014), seguindo três polos cronológicos: a Pré-análise, fase de organização e sistematização das ideias iniciais, a qual consiste em uma primeira atividade denominada '*leitura flutuante*', para constituição de todas as informações coletadas, levando a uma outra etapa de definição dos núcleos de sentido; a Exploração do material, tem o objetivo de identificar o núcleo de compreensão do texto para realizar as operações de codificação; e finalmente o Tratamento e interpretação dos resultados, que consistiu na distribuição das categorias temáticas observadas, com seguinte interpretação e discussão (MARQUES et al., 2014). O instrumento para coleta de dados foi elaborado com perguntas abertas e fechadas envolvendo o processo de abastecimento de alimentos da agricultura familiar para o PNAE.

A separação das falas foi realizada por meio da observação e análise do material transcrito, acerca dos obstáculos e benefícios vivenciados pelos agricultores familiares que já acessaram o programa. Quanto aos obstáculos foram identificados principalmente: falta de articulação entre os atores envolvidos e problemas com a logística. Já os benefícios: garantia de renda, presença de alimentos saudáveis e regionais na escola e fortalecimento da agricultura familiar (melhoria da qualidade da produção e permanência do agricultor familiar na sua propriedade).

A coleta de dados foi iniciada, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com todos os entrevistados.

O presente estudo faz parte do projeto de pesquisa intitulado *CECANE/UFPA: Promoção da Inclusão de Produtos Alimentares da Agricultura Familiar Local na Alimentação Escolar na Região Nordeste Paraense*, realizado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Pará

(CECANE/UFPA) com fonte de fomento da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e parceria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O projeto foi aprovado pelo Comitê Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS-UFPA), aprovado com o parecer nº 1.921.484.

Para manter o anonimato, os municípios estudados foram identificados como Município A e Município B, e os entrevistados foram mencionados apenas como agricultores e enumerados conforme disposição das falas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental e as entrevistas realizadas com oito agricultores familiares, que forneciam para o PNAE, representantes de duas cooperativas e uma associação nos dois municípios estudados, permitiram identificar os depoimentos mais relevantes acerca do processo de abastecimento da alimentação escolar, gerando reflexões da realidade vivenciada nesses municípios.

Vale ressaltar que nos municípios estudados, mesmo com peculiaridades na localização, foram identificadas constatações semelhantes, tanto ao que se trata das dificuldades, como dos benefícios.

A Chamada Pública de acordo com a Lei nº 11.947/2009 é vista como a ferramenta mais adequada para que o processo de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar ocorra de forma justa e sustentável, atendendo as diretrizes do programa. A concretização da compra favorece o fortalecimento da economia local, os aspectos culturais, hábitos alimentares saudáveis, assim como na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto que a mesma prioriza a aquisição de produtos produzidos em âmbito local (BRASIL, 2015).

Conforme disposto no Art. 26 da Resolução CD/FNDE nº4/2015, os editais de chamada pública para a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, devem ser amplamente divulgados, em jornais de circulação local, nas organizações locais diretamente envolvidos com agricultura familiar, entre outros meios de fácil acesso pelos agricultores, estabelecendo um prazo mínimo de 20 dias.

De acordo com resultados obtidos, em ambos os municípios estudados, foi comprovado documentalmente que houve ampla divulgação por vários meios. Tal

resultado também pode ser comprovado pelos entrevistados, dos quais afirmaram haver ampla publicação nas prefeituras, secretarias de educação e agricultura e até mesmo por meio da rádio local. Esse fato é de grande importância no que se refere à inclusão dos produtos regionais na alimentação escolar, tendo em vista que o acesso à informação influencia diretamente na participação dos produtores locais no processo de aquisição, assim como outros benefícios.

Segundo estudo realizado por Carvalho (2009), muitos agricultores não participam do mercado institucional do PNAE, devido à falta de divulgação dos editais de chamada pública pelos órgãos competentes, o qual diverge com o relatado no presente estudo (DE CARVALHO, 2009).

Embora exista uma legislação que defina como deve ser realizado o processo de aquisição dos gêneros da agricultura familiar para o PNAE, foi identificado por meio da análise documental disponibilizada pelos municípios estudados que no Município A ocorreu a Chamada Pública. Entretanto, a documentação ilustrou que houve disputa de preço entre os participantes, o que caracteriza a modalidade de compra da forma de Pregão, sendo a proposta vencedora a de menor preço. A Resolução CD/FNDE nº4/2015, define que não deverá haver disputa de preço entre os participantes do processo, a proposta vencedora será aquela que atender os critérios de prioridade definidos pela mesma (BRASIL, 2009).

Este fato ainda é relatado por um agricultor familiar representante de uma cooperativa local, que participou do processo. Esse agricultor buscou se adequar para garantir a melhor qualidade do seu produto, considerando-se em desvantagem com essa modalidade de compra:

Fracassou pra mim, porque eu comprei uma casa de polpa, comecei uma casa de farinha, tudo adequado com a ADEPARA (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará) [...] aí a cooperativa participou da disputa de preço, mas nessa disputa de preço, por exemplo, a laranja, a nossa colocou R\$ 2,10, eles colocaram R\$ 2,00, aí eles ganharam.

(Agricultor A1)

Ainda sobre o preço, é necessária articulação entre os atores envolvidos para atribuição dos insumos previstos no fornecimento do produto final, o que é referido como uma importante etapa no processo de abastecimento do PNAE (BRASIL, 2015).

Caso contrário, o produtor tende a arcar individualmente com os valores gastos com transporte, embalagem entre outros encargos necessários para a entrega do produto final. Esse cenário é comum conforme relato de um agricultor quando questionado sobre alguns entraves para a execução do PNAE:

[...]Item dificuldade na parte da organização para executar ele(o PNAE). Questão de entrega, mais na parte de escoamento. É feito de carro, mais é alugado, a gente paga o frete para escola pública.

(Agricultor A2)

Em um estudo realizado por meio de contato com os agricultores, foi possível destacar como uma dificuldade a dinâmica de fornecimento para a alimentação escolar, a qual influencia diretamente no custo dos produtos (MELÃO, 2012).

Tais achados refletem a importância de ocorrer o processo de forma correta, como previsto na legislação. Dessa forma, não só o agricultor será beneficiado por fornecer seu produto e garantir sua renda, mas também o município com o fortalecimento econômico e valorização da cultura e os alunos por receberem uma alimentação pautada nos hábitos alimentares locais e mais saudáveis. É válido ressaltar que muitos alunos são filhos dos próprios agricultores, o que torna ainda mais importante a garantia e manutenção destes, dentro do mercado institucional do PNAE, tendo em vista que serão reflexos positivos dentro do cenário da agricultura familiar.

Diferente do que foi observado no Município A, no Município B o processo de Chamada Pública foi realizado conforme o preconizado nas legislações vigentes. De acordo com as documentações fornecidas, pode-se identificar que nesse município foi realizada a pesquisa de preço tendo como base os mercados locais, para a obtenção da média de valores dos produtos a serem solicitados, sendo estes inseridos no edital da chamada pública, fazendo com que os participantes do processo planejassem seus projetos de venda com os valores fixados previamente, não caracterizando disputa de preço por meio de pregão. Além disso, de acordo com o relato de um dos agricultores, que forneceu para alimentação escolar no município, ocorre a articulação para a composição dos preços junto a EEx:

[...]chamam a gente pra reunião, por exemplo , análise de preço, eles fazem cotação de preço, com quais produtos a gente pode fornecer e o preço.

(Agricultor B1)

Eles (EEx) fazem baseado em um feira local que ocorre de quinze em quinze dias. Essa feira serve de respaldo para o preço. [...] aí depois eles pedem uma tomada de preço, e fazem uma média da tomada de preço com os valores da feira, esse preço médio é usado para o PNAE. (Agricultor B2)

Contudo, por mais que haja articulação para à cotação de preço, ainda se faz necessária que ocorra para outras situações que influenciam diretamente no custo, como por exemplo, na aquisição de produtos locais de acordo com seu período sazonal. Em ambos os municípios estudados foram verificados pontos referente à falta de articulação para obtenção do mapeamento da produção local. Esse instrumento é de grande valia para a composição dos produtos da pauta de pedidos para aquisição e definição dos cardápios. Como ilustrado nas falas dos agricultores:

Às vezes eles pedem produto que não é da época, tá fora da safra, e tem muitos produtos que tá aqui um preço e quando chega na época o valor dispara, por exemplo, o cupuaçu deu muito pouco, não tá esse preço agora. (Agricultor A3).

Falta de planejamento no caso dos pedidos, eles se enrolam muito lá, tem fruta que só dá em uma época e eles pedem o ano todinho. (Agricultor A4)

[...]outra coisa, eles já definem, aí vem a banana prata, nossa Região não tem banana prata, temos banana nanica, banana inajá, vários tipos que a gente produz e não vai. [...]isso tudo porque não teve conversa com a gente. A nutricionista definiu o que é, e o conselho aprovou, eles só chegam para mostrar o que foi resolvido, tá aqui os produtos que vamos querer. (Agricultor B1)

A articulação entre os atores envolvidos no PNAE é de responsabilidade da EEx e é uma das peças fundamentais para o bom desenvolvimento e execução do programa. O diálogo entre EEx, agricultores familiares e suas representações, possibilita o trabalho em conjunto, permitindo que seja realizado o mapeamento da produção local, assim como da elaboração do calendário sazonal.

No que estabelece o passo a passo proposto pela Resolução CD/FNDE nº4/2015, a articulação é considerada a segunda etapa do processo de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Contudo, quando questionados sobre o diálogo junto à EEx, alguns agricultores afirmam não existir, e quando existe, é com pouca frequência, apenas com alguns setores, como analisado nas falas seguintes:

[...] não diretamente com a SEMED (Secretaria Municipal de Educação), mas com o departamento de merenda escolar sim. (Agricultor A2)

Com a nutricionista não falo muito, só com a representante do DAE (Departamento de Alimentação Escolar). (Agricultor A4)

Ainda não tive contato com a RT, mas tenho contato no departamento. (Agricultor A6)

Eu acho que deveria sentar conosco o conselho, nutricionista, representante, para discutir a inclusão de novos produtos, mesmo que em tempo limitado, por exemplo, tal produto só tem em dois meses. (Agricultor B1)

O cardápio já vem pronto, ou seja, ela (Nutricionista) não discute sobre o que os agricultores podem oferecer. O conselho não ajuda, ele não articula. (Agricultor B2)

O Nutricionista Responsável Técnico (RT) do programa deve participar ativamente do processo de articulação, pois, por meio do conhecimento da produção local, período e quantidade (calendário sazonal), será possível realizar o planejamento dos cardápios a serem ofertados na alimentação escolar (CFN, 2010). Para além, o contato com os agricultores familiares se faz de suma importância para viabilizar um abastecimento mais eficaz. De acordo com as falas analisadas, destaca-se a possível falta de habilidade do profissional nutricionista na articulação e apropriação de informações necessárias para a realização de suas atribuições. Tendo em vista que a elaboração de cardápios deve ser pautada, considerando o potencial agrícola regional, assim como na sustentabilidade, diversidade e sazonalidade produtiva (BRASIL, 2009).

Estudos enfatizam a importância do RT nessa etapa do processo, sendo o diálogo a principal ferramenta para mapear a produção juntamente com as representações municipais ligadas à agricultura familiar, assim como na elaboração de cardápios que atendam a capacidade agrícola e os hábitos alimentares locais (BRASIL, 2015).

Ainda nesse contexto, estudiosos afirmam sobre a importância da articulação, a qual é necessária para adequação e implementação de propostas voltadas para o desenvolvimento, no levantamento das demandas e na própria qualificação dos seus atores (XAVIER, ZOBY, OLIVEIRA, 2007).

No que se refere às dificuldades na logística de abastecimento dos produtos para a alimentação escolar, a realidade dos municípios paraenses vai muito além das más condições de estradas e ramais. A Região Amazônica é envolvida por rios que integram um sistema navegável em grande parte de seu percurso, formando uma espécie de “estrada” do sistema hidroviário da Amazônia. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), a Região Amazônica desenvolve uma função social de abastecimento e comunicação entre as comunidades ribeirinhas. A importância do transporte aquaviário nessa região é expressiva, tanto para o deslocamento de passageiros, como para bens de consumo, evidenciada quando os habitantes referem-se às distâncias entre as cidades e localidades ribeirinhas em “horas de barco” (ANA, 2005).

Essa questão é de grande relevância à medida que a logística de entrega da alimentação escolar, na maioria dos municípios paraenses, depende de transportes como barcos, rabetas, canoas, assim como do fluxo dos rios. Isso porque, muitas escolas estão situadas na área rural e ribeirinha, havendo a necessidade de organização e interação entre a EEx, nutricionista - RT, agricultores familiares e gestores escolares, para que a entrega e recebimento dos produtos ocorra de forma correta.

Quanto a este cenário, vários depoimentos foram relatados para ambos os municípios estudados, desde as impossibilidades (estradas em más condições, transporte, segurança e distância), até mesmo sugestões de melhoria no processo de logística, como mencionado abaixo:

Tomo todo cuidado com meu produto, aí o caminhão da entrega do departamento (DAE) ainda fica umas duas horas rodando pelos ramais fazendo entrega e a polpa descongela. Se entregasse por polos, não teria problema. (Agricultor A1)

Tem muita dificuldade em cumprir o horário de entrega, distância, os cooperados são muito distantes um do outro, ainda tem a questão da estrada e segurança. Seria interessante funcionar por polos, que invés do produtor trazer o produto pra cá, já ficava bem próximo da entrega. (Agricultor A2)

Quando o escoamento é realizado por estradas e ramais:

Transporte é o que mais complica, é feito pelo ônibus de linha. [...]tem dificuldade para não amassar, pois o alimento vem junto com o passageiro e

[...] mais viável o DAE ou a cooperativa buscarem no local da produção. (Agricultor A6)

Cada um traz o seu, um pessoal traz de ônibus. Da cooperativa pra central é alugado um carro. As hortaliças vêm dentro de um paneiro. [...] não precisa ir daqui entregar na central, por exemplo, tira na segunda (as verduras), entrega (nas escolas) na terça e eles (os alunos) vão consumir durante a semana e as verduras iam ficar bem fresquinhas. (Agricultor A3)

No caso de escolas localizadas na área rural ribeirinha, pode-se observar por meio das falas dos agricultores, que a logística de entrega no Município B, o contato é feito entre gestor escolar (coordenador e/ou diretor escolar) e fornecedor, fazendo com que os produtos sejam entregues diretamente nas escolas. Entretanto, ainda expressam dificuldades, conforme relatos:

[...] são produtos perecíveis, o produto precisa ser programado, não tem jeito, essa entrega tem que ser feita diretamente na escola, pois a SEMED não tem como fazer isso. [...] essa ainda é a melhor maneira encontrada. Imagina você colocar no barco e quando chegar lá na escola não tem aula e não tem como entregar. (Agricultor B1)

Nas ilhas, seria necessário ter barco próprio, para todas as organizações. Nós temos outro problema, essa merenda escolar regionalizada, só pode chegar no dia que tem aula, só da pra entregar no máximo quarta-feira, pois a maioria dos professores na quinta de tarde, sexta, já estão vindo embora. (Agricultor B2)

A dinâmica de entrega, com período estabelecido e cronograma regular, proporcionam compromisso e melhoria no processo de administração das organizações da agricultura familiar, além de manter uma parceria com a gestão local (TURPIN, 2009). Possuir maior relação entre campo e cidade aperfeiçoa o processo de abastecimento, além de garantir uma alimentação regionalizada e saudável dentro das escolas, evitando a entrada de alimentos processados e ultraprocessados, os quais, de acordo com Guia Alimentar para a População Brasileira, devem ser evitados devido aos danos provocados à saúde (MALUF, 2009; BRASIL, 2014).

A introdução desses alimentos é cada vez mais evidente nas escolas, principalmente naquelas situadas em área rural e ribeirinha, onde a dificuldade no

acesso e transporte de alimentos perecíveis se tornam um grande obstáculo. Por conta desse cenário, os agricultores sugerem que a logística seja realizada por polo, onde muitas vezes alguns fornecedores estão localizados nas proximidades das escolas, porém, devido à falta de articulação e integração entre gestão e agricultores, não é estabelecido uma logística de entrega que favoreça ambas as partes não comprometendo o fornecimento regular da alimentação nas escolas.

Estudos apontam que a melhoria na dinâmica de logística de entrega é ainda um dos desafios a serem sanados para garantia da alimentação nas escolas, além de que alguns agricultores acreditam em um abastecimento mais viável quando a produção está nas redondezas das escolas a serem abastecidas, diminuindo custo e garantindo um produto de qualidade (MELÃO, 2012; DE PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014).

Os agricultores relatam sofrer diversas dificuldades, seja por falta apoio e articulação por parte da gestão do programa, problemas com logística envolvendo infraestrutura nas estradas, falta de segurança entre outros entraves. Embora isso seja evidente no presente estudo e em demais pesquisas mencionadas anteriormente, esses atores não deixam de fornecer e acreditar que é possível a melhoria e garantia da comercialização de sua produção. De fato, o PNAE é um tema complexo, envolvendo vários atores, tornando desse modo, sua execução dependente do compromisso e motivação em diferentes setores. A obrigatoriedade da inclusão dos gêneros da agricultura familiar na alimentação ofertada aos alunos atendidos pelo programa deu visibilidade aos agricultores familiares, que têm um papel importante na garantia da estratégia de SAN e DHAA.

Diante da análise das falas dos agricultores familiares, sobre as vantagens e benefícios proporcionados pelo programa, pode-se observar que foi expressivo entre todos os entrevistados, nos dois municípios estudados, que o mercado do PNAE é visto como uma grande oportunidade de venda da sua produção, sendo uma garantia de mercado. Isso porque antes do programa ser um meio de garantia de renda, os agricultores produziam apenas para sua subsistência e para vender diretamente aos atravessadores, sem garantia alguma. Essa informação pode ser constatada a seguir:

[...] é um mercado que a partir que fecha o contrato, você tem que trabalhar um ano, é trabalho certo. (Agricultor A2)

[...]É uma oportunidade porque da um crédito, pois ficávamos sem ter pra quem vender. Devido ao surgimento do PNAE, isso foi até uma forma de os agricultores não estarem mais passando produção para os atravessadores e sim vendendo diretamente para o programa, pois quem vende para atravessador não ganha direito. (Agricultor A4)

[...] antes do PNAE e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) as pessoas só produziam para seu consumo, pois não havia incentivo. Hoje tem pessoas produzindo cada dia mais, avançando, pois eles sabem que tem um meio de cobrança, que é o PNAE [...] (Agricultor B2)

A partir das falas analisadas, é evidente que com a inserção desses agricultores no PNAE, houve além da garantia de renda, o fortalecimento desse setor. Os agricultores se sentem motivados em permanecer em sua terra, conscientizados em aumentar sua produção de forma adequada, assim como buscar formas de beneficiamento dos produtos, diminuindo a perda de produção, caso este, ocorrido anteriormente:

Me senti fortalecido, porque como falei, “se perdi” o caju, “se perdi” o muruci e a própria banana. O agricultor “tava” querendo mais se deslocar da sua propriedade para vender para empresas, aí “tava” deixando de produzir. Porque de onde se tira e não se põe, a tendência é acabar. (Agricultor A1)

[...] também “tão” colocando na cabeça deles (agricultores) que o que eles ganham lá (no PNAE), eles podem investir na produção, comprar uma casa de polpas, além de melhoras a moradia deles. (Agricultor A3)

O PNAE é um programa governamental que traz benefícios aos agricultores por meio da sua participação nos processos de seleção e compra para a alimentação escolar, além de garantir a qualidade e as quantidades programadas, de modo que promova o desenvolvimento local e regional (MELÃO, 2012; RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013). Da mesma forma, foi evidenciado no presente estudo sobre os benefícios gerados pela inserção no PNAE por parte dos agricultores familiares, embora ainda seja mencionada nas falas sobre a necessidade de maior apoio da gestão assim como de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para melhoria e incentivo na produção local:

Se eu produzir isso, eu tenho pra quem vender, mas acho que precisa de incentivo do governo para aumentar a produção, para buscar novas tecnologias de fomento, eu acho que o PNAE foi uma coisa muito importante [...] Existe falta de apoio, incentivo à assistência técnica e formações [...] (Agricultor B1)

Ainda sobre as facilidades, é válido ressaltar que alguns agricultores, além de mencionarem benefícios próprios com a inserção no mercado institucional do PNAE, não se esqueceram de mencionar o grande objetivo do PNAE:

Você oferece uma coisa garantida para as crianças, nós estamos em cooperativa e monitoramos a plantação, a utilização de agrotóxicos e tudo mais. (Agricultor A1)

[...] hoje vem para abastecer as crianças. [...] eles vão se alimentando e nós vamos vendendo, e antes estragava muita coisa. (Agricultor A6)

Agricultura familiar é definida como uma produção diversificada, voltada à produção e consumo, possuindo como característica principal a gestão familiar e utilização de mão de obra predominantemente da família (DENARDI, 2001; TOMASSETO, LIMA, SHIKIDA, 2009). Portanto, é de suma importância que este setor seja fortalecido, evitando o êxodo rural, visando o fortalecendo o seguimento, além de favorecer os objetivos do programa como crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação e inclusão de produtos regionais, respeitando a cultura local (BRASIL, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos no presente estudo permitiram entender, na perspectiva dos agricultores familiares, sobre a inserção no mercado institucional do PNAE, assim como no seu processo de abastecimento. A análise dos documentos e as falas obtidas nas entrevistas foram expressivas quanto às dificuldades enfrentadas para executar essa política pública, abrangendo desde o processo de aquisição que não atende os preceitos da legislação que normatiza o PNAE, até no que se trata ao processo de abastecimento, principalmente no que concerne à falta de articulação e problemas com logística, identificados nos dois municípios.

As limitações desses agricultores, para ambos os municípios estudados, são evidentes, entretanto, são grandes os benefícios alcançados com a participação no PNAE. Dentre eles, destacou-se nas falas, principalmente a oportunidade de inclusão de alimentos saudáveis e regionais na escola e fortalecimento da agricultura familiar.

A Lei nº 11.947/09 de fato proporcionou mudanças importantes na execução do programa, porém, com os resultados demonstrados, a mesma ainda não atinge em sua plenitude os agricultores familiares, e sim, parte deles. Isso pode ser justificado devido à falta de conhecimento sobre sua execução e a necessidade de maiores incentivos por parte da gestão municipal. Além disso, se faz de grande importância destacar, a necessidade de organização desses agricultores, tendo em vista que a lei oferece prioridade aos grupos formais regularizados e aptos à habilitação do processo de chamada pública para aquisição de gêneros da agricultura familiar para a alimentação escolar. Nesse âmbito, no que perpassa os objetivos do PNAE, esses agricultores são atores fundamentais para a sua boa execução, devendo dessa forma se obter um olhar diferenciado a esse grupo.

Diante as normativas do Fundo Nacional de Desenvolvimento para Educação - FNDE é necessário para a boa execução do PNAE, a participação de vários atores informados e sensibilizados da importância dessa política ser efetivada de acordo com o preconizado. Haja vista que a mesma irá promover o fortalecimento da economia local, a valorização da cultura, a diminuição do êxodo rural com a garantia de uma fonte de renda, a construção de hábitos alimentares saudáveis assim como, na diminuição da evasão escolar.

Ressalta-se que em ambos os municípios estudados, independente da localização em microrregiões diferentes do Estado do Pará, demonstraram vivenciar realidades semelhantes, seja elas voltadas aos obstáculos como as vantagens geradas após a inserção nesse mercado. Isso remete a conclusão de que a política ainda necessita ser melhor assessorada, sensibilizando todas as partes envolvidas, levando à aproximação entre agricultura familiar e alimentação escolar.

REFERÊNCIAS

ANA - Agência Nacional de Águas. Ministério do Meio Ambiente. **A navegação Interior e sua Interface com o Setor de Recursos Hídricos. Caderno de Recursos Hídricos.** Brasília. DF. 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BELIK, W; CHAIM, N.A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, 5(22): 595-607. set/out, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013.** Brasília: MEC; 2013 Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26-de-17-de-junho-de-2013> > Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** – 2 ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 2009; 17 jun.

BRASIL. **Resolução nº 4 DE 02 de abril de 2015.** Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 abr. 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2015&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC >. Acesso em: 9 jan. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465/2010**, de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 ago. 2010. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl> >

[tipo=RES&num_ato=00000465&seq_ato=000&vlr_ano=2010&sgl_orgao=CFN/EFEPL](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2010-2014/2010/RES/2010_000.html) >. Acesso em: 3 fev. 2017.

DE CARVALHO, D. G. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. **Planejamento e políticas públicas**, v. 1, n. 32, p. 115–148, 2009.

DE PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. DA. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 1, n. XXIII, p. 33–43, 2014.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARQUES, A. DE A. et al. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: O caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1316–1328, 2014.

MELÃO, I. B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. **Caderno IPARDES**, v. 2, n. 2, p. 87–105, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

REAL, L.C.V.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**; 18(Supl. 2):57-79, 2011.

RIBEIRO, A. L. DE P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 37–40, 2013.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.

SOUZA FILHO, H. M.; et al. **Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 42. 2004. Curitiba. **Anais**. Curitiba: MT, p. 1-20, 2004.

TEO, C. R. P. A.; MONTEIRO, C. A. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. **Revista de Nutricao**, v. 25, n. 5, p. 657–668, 2012.

TOMASETTO, M.C.Z.; LIMA, J.F.; SHIKIDA, P.F.A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema – Paraná. **Revista Interações**, v.10, n.1, p.21-30, jan./jun. 2009.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VALENTE, F.L.S.; BEGHIN, N. Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Experiência Brasileira: **Subsídios para a Replicabilidade**. 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_dhescas_br/relatores_valente_dh_alimentacao.pdf
Acesso em : 14 fev, 2017.

XAVIER, J. H. V.; ZOBY, J. L. F.; OLIVEIRA, M. N. de. **Uso do enfoque de P&D para apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar: a experiência dos Projetos Silvânia e Unai**. In: FALEIRO, F. G.; SOUSA, E. dos S. de. Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o Cerrado. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 99-108, 2007.

6 CONCLUSÃO

Por meio da análise documental e das falas obtidas nas entrevistas com os agricultores familiares, o presente estudo mostrou às dificuldades enfrentadas para executar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abrangendo desde o processo de aquisição que não atende os preceitos da legislação que normatiza essa política, o que foi identificado no Município A, até no que se trata ao processo de abastecimento, principalmente no que concerne a falta de articulação e problemas com logística, observado nos dois municípios pesquisados.

Assim como as limitações, os municípios estudados também relatam sobre os benefícios alcançados com a participação no PNAE, sendo destacada em suas falas, principalmente a oportunidade de inclusão de alimentos saudáveis e regionais na escola, fortalecimento da agricultura familiar e garantia de renda.

Ressalta-se que em ambos os municípios estudados, independente da localização em microrregiões diferentes do Estado do Pará, demonstraram vivenciar realidades semelhantes, seja elas voltadas aos obstáculos como as oportunidades geradas após a inserção nesse mercado. Isso remete a conclusão de que a política ainda necessita ser melhor assessorada, sensibilizando todas as partes envolvidas, levando à aproximação entre agricultura familiar e alimentação escolar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise da implementação da merenda escolar nas escolas municipais e estaduais do município de Campo Grande nos anos de 2000 a 2003.** 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.
- BARROS, M. S. C.; TARTAGLIA, J. C. A política de alimentação e nutrição no Brasil : breve histórico, avaliação e perspectivas. **Revista Nutrição**, v. 14, p. 109–121, 2003.
- BELIK, W; CHAIM, N.A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, 5(22): 595-607. set/out, 2009.
- BERNARDI, A. P et al. Intersetorialidade - Um desafio de gestão em Saúde Pública. **Sau. & Transf. Soc.**, v.1, n.1, p.137-42, 2010.
- BOLAND, A. Feeding fears: competing discourses of interdependency, sovereignty, and China's food security. **Polit Geog.** 19(1):55-76, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013.** Brasília: MEC; 2013 Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26-de-17-de-junho-de-2013> > Acesso em: 9 jan. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** – 2 ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União 17 jun, 2009.
- CARR, E. R. Postmodern conceptualizations, modernist applications: Rethinking the role of society in food security. **Food Policy.** 31(1):14-29, 2006.

COIMBRA, M. A.; DE MEIRA, J. F. P.; STARLING, M. B. de L. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil**. INAE, 1982.

DAMASCENO, N. P; KHAN, A. S; LIMA, P. V. P. S. O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego de Renda no Estado do Ceará. **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 01, p. 129-156, jan/mar 2011.

DILLEY, M.; BOUDREAU, T. E. Coming to terms with vulnerability: a critique of the food security definition. **Food Policy**. 26(3):229-47, 2001.

FROEHLICH, E. **A capacidade de “fazer diferente”: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do programa de alimentação escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS)**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GUILHOTO, J.J.M. *et al.* **A participação da agricultura familiar no PIB do Brasil e de seus estados (2006-2008)**. Brasília: NEAD, 2010.

KICKBUSCH, L. **The food system a prism of present and future challenges for health promotion and sustainable development**. Zurich: Health Promotion Switzerland; 2011.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. I. Período de 1940 a 1964. **Revista Nutrição**, p. 87-138, 1988.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAXWELL, S.; SLATER, R. Food policy old and new. **Dev Policy Rev**. 21(5-6):532-53, 2003.

MELO, C. C. R. **Análise da alimentação escolar do município de São João Evangelista-MG**. 2006. 87 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) - Centro Universitário de Caratinga, Minas Gerais, 2006.

NEGREIROS, F. **A merenda escolar e seu potencial em face da segurança alimentar em Guaribas - PI**. 2009. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

PECORARI, RCF. **Uma proposta de inovação no cardápio escolar baseada na avaliação do programa de alimentação escolar, de Piracicaba - SP**. 2006. 165 f. Dissertação

(Mestrado em Ciências dos Alimentos e Nutrição) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010 : relato do gestor nacional. **Ciênc. Saúde Coletiva**, p. 909–916, 2013.

PIPITONE, M. A. P. et al. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Nutrição**, 16 (Supl.2): 143-154, 2003.

REAL, L. C. V.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**; 18(Supl. 2):57-79, 2011.

SANTOS, L. M. P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002.4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad Saude Publica**, 23(Supl. 11): 2681-2693, 2007.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.

SCHNEIDER S. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Congresso Europeu de Sociologia Rural; Wageningen, Holanda. 2007.

SEDAP. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará **Boletim Agropecuário do Estado do Pará 2015**. Belém, nº 1, julho 2015.

SOBRAL, F.; COSTA, V. M. H. M. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Sistematização e Importância. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 73-81, jan./mar. 2008.

STORLASKI, M. C. **Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil: Análise de uma política pública no período de 2003-2004**. Dissertação (mestrado). Curitiba: UFPR, 2005.

STURION, G.L. et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista Nutrição**; 18(Supl. 2): 167-81, 2005.

TADDEI, J.A.A.C.; LANG, R.M.F.; LONGO-SILVA, G. **Planejamento e avaliação de Programas de Promoção Nutricional**. In: Nutrição em Saúde Pública. Capítulo2. Pág. 11 a 23. Rio de Janeiro, editora Rubio, 2011.

TEO, C. R. P. A.; MONTEIRO, C. A. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. **Revista de Nutricao**, v. 25, n. 5, p. 657–668, 2012.

THOMPSON, J.; MILLSTONE, E.; SCOONES, I.; ELY, A.; MARSHALL, F.; SHAH, E., et al. **Agri-food system dynamics: pathways to sustainability in an era of uncertainty**. Brighton: STEPS Centre; 2007.

THOMPSON, J.; SCOONES, I. Addressing the dynamics of agri-food systems: an emerging agenda for social science research. **Environ Sci Policy**. 12(1): 386-97, 2009.

TRICHES R. M; FROEHLICH E; SCHNEIDER S. **Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS)**. Os atores do DRo05.indd 253. 2011.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VALENTE, F.L.S.; BEGHIN, N. Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Experiência Brasileira: **Subsídios para a Replicabilidade**. 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_dhescas_br/relatores_valente_dh_alimentacao.pdf
Acesso em : 14 fev, 2017.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil : uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista Nutrição**, v. 18, n. 4, p. 439–457, 2005.

VASCONCELOS, F. A. G.; FILHO, M. B. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. **Revista Nutrição**, v. 16, p. 81–90, 2011.

APENDICES

Apêndice I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Autorizo o desenvolvimento do **Projeto: CECANE/UFPA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO NORDESTE PARAENSE**, com o parecer, sob coordenação da Professora Dra. **CLAUDIA DANIELE TAVARES DUTRA CAVALCANTE**.

1-Objetivo: Contribuir com o aumento do percentual de compra dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, por parte das entidades executoras do PNAE, visando atingir, o percentual mínimo, de 30% previstos no artigo 14 da Lei 11.949/2009.

2-Desconfortos e riscos esperados: Este trabalho representa risco mínimo no que se trata ao compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais, ou em alguns tópicos que possa gerar incômodo ao entrevistado em falar. O sujeito pesquisado está devidamente informado que esta pesquisa representa risco mínimo, no entanto se vier a ocorrer qualquer desconforto decorrente da pesquisa essa será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

3-Benefícios esperados: Elaboração e execução de oficinas educativas e formação de multiplicadores dessas informações.

4-Informações: Os participantes têm a garantia que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo. Assim como, procurar a Prof^a Dra. Claudia Daniele Tavares Dutra Cavalcante, no Instituto de Ciências da Saúde da UFPA, localizado na Av. Generalíssimo Deodoro nº01, Telefone: 32016875 ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS-UFPA). Complexo de sala de aula/ICS. sala 14. Campus Universitário, nº01, Guamá. CEP:66075-110.Belém-Pará.Tel:3201-7735. E-mail:cepccs@ufpa.br.

5-Retirada do consentimento: O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

6-Aspecto Legal: Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

7-Confianabilidade: Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) do participante não será divulgada. Porém os voluntários assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

ASSINATURA DO PESQUISADOR

Belém, ____ de ____ de 2016.

Apêndice II

Formulário de Pesquisa destinado aos Agricultores Familiares

Data da visita: ____/____/____		Turno: () Manhã () Tarde	
Entrevistador:		Município: _____/PA	
I IDENTIFICAÇÃO E PERSONALIDADE JURÍDICA DA ORGANIZAÇÃO:			
1	<input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Cooperativa <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> OSCIP <input type="checkbox"/> Fundação Sigla: _____ CNPJ: _____		
2	Nome da organização:		
3	Endereço:		
4	Nº de sócios: Total: _____ (Homens: _____ Mulheres: _____ Jovens: _____)		
5	Nome do entrevistado:		
6	Função do entrevistado na organização:		
II CASO A ORGANIZAÇÃO TENHA ACESSADO AO PNAE			
7	Como organização teve conhecimento sobre o PNAE? <input type="checkbox"/> Prefeitura <input type="checkbox"/> EMATER <input type="checkbox"/> STTR <input type="checkbox"/> Outros/Especifique:		
8	Qual valor total do Contrato/PNAE firmado para Prefeitura em 2015? R\$		
9	Participou do processo de compra para o abastecimento do PNAE? Se sim, em qual momento? Se não, por quê?		
10	Onde você teve acesso a chamada pública?		
11	Como é feito o escoamento da produção da Organização? <input type="checkbox"/> Veículo próprio <input type="checkbox"/> Veículo alugado <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Barco <input type="checkbox"/> Ônibus de linha <input type="checkbox"/> Outros:		
12	Quais as dificuldades para o escoamento da produção da Organização?		
13	Qual a maneira mais viável para o abastecimento do PNAE no município?		
14	A sua produção tem capacidade de atender a demanda do PNAE no município?		
15	Quanto a produção do município, a mesma tem capacidade de suprir a necessidade local ou vem alimentos de fora do município para abastecer os mercados locais?		
16	Existe algum tipo de articulação com a Entidade Executora do município (Secretário de educação, Nutricionista, ente outros)?		
17	Quais as dificuldades enfrentadas no acesso ao PNAE?		
18	Quais as dificuldades enfrentadas na execução do PNAE?		
19	Quais produtos sua organização comercializou junto ao PNAE em 2015?		
20	O PNAE é visto como uma oportunidade? Se sim, quais? Se não, por quê?		
III CASO A ORGANIZAÇÃO TENHA NÃO TENHA ACESSADO AO PNAE			
21	Como é feito o escoamento da produção da Organização? <input type="checkbox"/> Veículo próprio <input type="checkbox"/> Veículo alugado <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Barco <input type="checkbox"/> Ônibus de linha <input type="checkbox"/>		
22	Pra onde sua produção é comercializada?		
23	Quais as dificuldades para o escoamento da produção da Organização?		
24	Sua organização tem interesse de acessar o PNAE? () Sim () Não. Justifique:		
25	Possui alguma dificuldade quanto às questões documentais e burocráticas para acesso ao PNAE?		
26	Existe algum tipo de articulação com a Entidade Executora e outros órgãos do município (Secretário de educação, Nutricionista, EMATER, ente outros)?		
27	Quais as dificuldades enfrentadas no acesso ao PNAE?		
28	O PNAE é visto como uma oportunidade? Se sim, quais? Se não, por quê?		
29	Quais as sugestões para melhoria de acesso e atendimento da demanda do PNAE?		

ANEXOS

Anexo I

Diretrizes para autores



Diretrizes para Autores

Forma e preparação de manuscritos

Formato

Papel tamanho A4, margens de 2,5 cm, espaço 1,5, letra Times New Roman 12. Número máximo de páginas: 20 (incluindo ilustrações e referências bibliográficas).

Estrutura

Título: Conciso e informativo. Na língua original e em inglês. Incluir como nota de rodapé a fonte de financiamento da pesquisa.

Nome e endereço do(s) autor(es): todos devem informar maior grau acadêmico; cargo; afiliação institucional; endereço completo incluindo rua, cidade, CEP, estado, país, e-mail.

Resumos: Devem refletir os aspectos fundamentais dos trabalhos, com no mínimo 150 palavras e no máximo 250, incluindo objetivos, procedimentos metodológicos e resultados. Devem preceder o texto e estar na língua do texto e em inglês (abstract).

Palavras-chave: De 3 a 6, na língua do texto e em inglês, apresentados após o resumo. Consulte o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e/ou o Sociological Abstracts.

Gráficos e tabelas: Os gráficos e tabelas devem ser apresentados em seus programas originais (por exemplo, em Excel: arquivo.xls), devidamente identificados, em escala de cinza.

Imagens: As imagens (figuras e fotografias) devem ser fornecidas em alta resolução (300 dpi), em JPG ou TIF, com no mínimo 8 cm de largura.

Citações no texto: Devem ser feitas pelo sobrenome do autor (letra minúscula), ano de publicação e número de página quando a citação for literal, correspondendo às respectivas referências bibliográficas. Quando houver mais de dois autores, deve ser citado o primeiro, seguido de “e col”.

Referências

Os autores são responsáveis pela exatidão das referências bibliográficas citadas no texto. As referências deverão seguir as normas da ABNT NBR 6023, serem apresentadas ao final do trabalho e ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor. A seguir alguns exemplos (mais detalhes no site da revista):

- Livro

MINAYO, M. C. de S.; e DESLANDES, S. F. (Org). Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

- Capítulo de Livro

GOTLIEB, S. L. D.; LAURENTI, R.; MELLO JORGE, M. H. P. Crianças, adolescentes e jovens do Brasil no fim do século XX. In: WESTPHAL, M. F. Violência e criança. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 45-72.

- Artigo de Periódico

TEIXEIRA, J. J. V.; LEFÈVRE, F. A prescrição de medicamentos sob a ótica do paciente idoso. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.35, n.2, p. 207-213, abr. 2001.

- Tese

LIMA, R. T. Condições de nascimento e desigualdade social. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2001.

- Documentos Eletrônicos

SALES, A. C. C. L. Conversando sobre educação sexual. Disponível em: <http://www.violenciasexual.org/textos/pdf/conversando_ed_sexual_ana_carla.pdf> Acesso em: 13 jan. 2003.

Envio de manuscritos

Os manuscritos são submetidos online, através da plataforma Scielo: <http://submission.scielo.br/index.php/sausoc/login>

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ISSN: 1984-0470

Anexo III

Comprovante de submissão na Revista Saúde e Sociedade.

Anexo II

Comprovante de submissão do manuscrito na Revista Saúde e Sociedade

Submission Confirmation



Thank you for your submission

Submitted to
Saúde e Sociedade

Manuscript ID
SAUSOC-2017-0642

Title
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: A REALIDADE DE AGRICULTORES FAMILIARES EM DOIS MUNICÍPIOS DO NORDESTE PARAENSE

Authors
Perelra da Silva, Isamerliam
Dias, Rosa
Cavalcanti, Claudia Daniele
Frazão, Andréa das Graças
Leão, Paula
Andrade, Marcleni

Date Submitted
18-Aug-2017

[Author Dashboard](#)